

# PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

## INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

### INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR — VEÍCULO - POSSE - ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA MMª ... VARA CÍVEL DA CAPITAL ....., pessoa jurídica de direito privado, com sede em ....., no Estado de ....., na Rua .... nº ....., devidamente inscrita no CGC/MF sob nº ....., com unidade nesta Capital, na Rua .... nº ....., por seu bastante procurador e advogado adiante assinado, Dr. .... (qualificação), devidamente inscrito na OAB/.... sob nº ....., com escritório nesta Capital, na Rua .... nº ....., onde regularmente recebe avisos e intimações "ut" Instrumento de Mandato de Procuração (doc. ...., incluso), vem mui respeitosamente ante V. Exa. e, na melhor forma de direito, com fulcro no artigo 926 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR contra ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC/MF sob nº ....., com sede nesta Capital, na Rua .... nº ....., pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir: 1. ...., na condição e qualidade de arrendante e a requerida ....., como arrendatária firmaram o Contrato de Arrendamento Mercantil, Termos de aditamento ao Contrato de Arrendamento Mercantil e Retificação e Ratificação ao Contrato de Arrendamento Mercantil nº ....., (doc. .... - incluso), no qual o Autor cedeu à ré em arrendamento o bem a seguir descrito: VEÍCULO MARCA : .... ANO DE FABRICAÇÃO: .... COR: .... MODELO: .... CHASSIS Nº .... PLACAS Nº .... 2. A ré recebeu o bem arrendado em perfeitas condições de uso e funcionamento (cláusula ....), obrigou-se a pagar as parcelas mensais do arrendamento na forma e condições estipuladas no contrato, ou seja, .... (....) parcelas mensais de R\$ .... (....), a partir de .../.../..., reajustáveis pela taxa Referencial consoante o estipulado no item .... do contrato. 3. Todavia, deixou de pagar as parcelas vencidas a partir de .../.../..., apesar do título protestado (doc. ....). 4. Destarte, em razão da comprovada inadimplência, tem a au tora o direito de "initio litis" ser reintegrada na posse o bem arrendado, que permanece indevidamente em poder da ré. 5. Isto posto, requer se digne V. Exa.. determinar a expedição do competente mandado para LIMINARMENTE REINTEGRAR A AUTORA NA POSSE DO ALUDIDO BEM - através de seu representante legal, independente de prévia justificação em audiência - e em seguida, a CITAÇÃO da ré, REPRESENTANTE LEGAL na pessoa do Sr. ...., para, querendo, contestar o pedido e acompanhá-lo até final sentença que, julgando procedente a ação, tornará definitiva a liminar concedida para reintegrar a autora na posse o bem arrendado e condenará a ré nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios; ressalvando ainda à autora o direito de, em procedimento distinto, cobrar as parcelas do arrendamento devidas até a data da efetiva reintegração, e reclamar indenização por eventuais perdas e danos. 6. Requerendo os benefícios do artigo 72 do CPC, protesta por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente por perícias, vistorias, juntada de novos documentos e depoimento pessoal do representante da ré. 7. Dá à causa o valor de R\$ .... (....). Termos em que, Pede e espera Deferimento ....., .... de .... de .... Advogado